

## **Políticas Públicas de Turismo: a criação do programa Estrada Real em Minas Gerais**

**Frederico Vidigal<sup>1</sup>**

### **Resumo**

No presente artigo, investigou-se o programa Estrada Real como uma política estadual de turismo, responsável por fomentar atividades de desenvolvimento social e econômico a partir da atividade turística em Minas Gerais. Objetivou-se com o estudo apresentar um modelo de políticas públicas desenvolvido para a criação do programa estadual de turismo. O estudo originou-se de uma dissertação de mestrado defendida na Fundação João Pinheiro (FJP-MG) quando foram pesquisados os investimentos realizados para a implementação do programa Estrada Real, bem como analisados os procedimentos do poder público estadual no que tange à destinação de recursos para viabilizá-lo. Do ponto de vista metodológico, a investigação envolveu uma pesquisa documental e utilizou o Plano Plurianual de Ação Governamental do estado de Minas Gerais onde fora identificado o grau de importância creditado ao programa e a articulação envolvendo diferentes órgãos governamentais e parcerias. Concluiu-se que o denominado arranjo institucional, foi uma das estratégias utilizadas pelo governo para implementar o Estrada Real como principal política pública de turismo do estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Políticas públicas de Turismo. Arranjos institucionais. Estrada Real.

### **Introdução**

O turismo constitui-se atividade plurisetorial de relevância, sob o ponto de vista socioeconômico. Nesse sentido, justifica-se a sua discussão no âmbito das políticas públicas. O poder público e a iniciativa privada devem trabalhar em parceria para implementar as ações necessárias para o desenvolvimento do turismo. As políticas públicas definem regras de

---

<sup>1</sup>Doutor em Ciência da Informação pela UFMG, Mestre em Administração Pública (Políticas públicas de turismo) pela Fundação João Pinheiro, especialista em Gestão de Micro e Pequenas Empresas; especialista em Ecoturismo e Gestão Ambiental.(UFLA) Professor do Mestrado em Administração da FEAD e professor de cursos de especialização / MBA PUC, UNA e SENAC (em cursos de gestão, turismo e hotelaria). E-mail: frederico.vidigal@fead.br

comportamento através do planejamento, que devem apresentar mecanismos de envolvimento da população local no processo de tomada de decisão.

O presente trabalho originou-se de uma dissertação de mestrado defendida na Escola de Governo da Fundação João Pinheiro em Minas Gerais, que objetivou contribuir para a ampliação do foco da pesquisa acadêmica em turismo, contextualizando-o no plano das políticas públicas. Para tanto, investigou-se o programa Estrada Real<sup>2</sup> como uma política estadual de turismo, responsável por fomentar atividades de desenvolvimento social e econômico a partir da atividade turística.

A situação problemática tratada neste artigo diz respeito a uma relativa carência de discussão da temática do turismo sob a ótica das políticas públicas, sobretudo no âmbito estadual. Esse aspecto ainda tem sido pouco discutido na literatura científica sobre turismo no Brasil. É evidente a necessidade de ampliar os esforços empreendidos por pesquisadores e profissionais de turismo, no sentido de contribuir para a construção de um referencial teórico-conceitual que enfoque as políticas públicas de turismo no âmbito da administração pública. Após a análise da literatura científica da área, percebe-se que documentos institucionais são ainda pouco utilizados por profissionais do turismo como fonte de dados e informações relevantes para o conhecimento, planejamento e acompanhamento de políticas públicas de turismo no país.

Com base nos aspectos descritos, com o presente artigo pretendeu-se apresentar e discutir o modelo de políticas públicas desenvolvido para a criação do programa Estrada Real como política de governo, a partir do estudo da dissertação de mestrado em Administração Pública de Vidigal (2004). O estudo focalizou estritamente o período de 2004 a 2007 como

---

<sup>2</sup> Originalmente, como Estrada Real são conhecidos os caminhos e suas variantes construídos nos séculos XVII, XVIII e XIX no território mineiro, abrangendo também parte dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O programa de turismo que leva o seu nome, transformou-se em um produto comercializável em âmbito nacional e internacional a partir de ações públicas e privadas, bem como a partir de ações cooperadas entre outros tipos de organizações. Foi realçado nos diferentes meios de comunicação, como o carro-chefe da política estadual de turismo do governo de Minas Gerais.

sendo a fase de consolidação do programa Estrada Real em Minas Gerais. Nesse sentido, o estudo procurou demonstrar as experiências de arranjos institucionais para a formatação de políticas públicas estaduais para a criação do programa de turismo intitulado Estrada Real.

No trabalho buscou-se reunir aspectos da literatura científica atinente às políticas públicas e políticas de turismo, onde foi desenvolvido um quadro de referências conceituais capaz de ressaltar a importância do turismo enquanto atividade plurisetorial relevante para os propósitos de uma política pública. Discute-se também o “arranjo institucional” como um processo de criação e estruturação do projeto estruturador Estrada Real. Para tanto, utilizou-se de um conjunto de dados extraídos em documentos institucionais do governo mineiro, sobretudo no período de criação de programa Estrada Real como política pública (VIDIGAL, 2004). Nesse sentido, como questões orientadoras para o artigo, procurou-se identificar: a) Qual a importância relativa do projeto Estrada Real no contexto da política pública de turismo do estado de Minas Gerais, em termos dos recursos financeiros a serem aplicados no desenvolvimento do turismo no estado? Que órgãos e instituições públicas estão envolvidos com o projeto?

A seguir serão discutidas as políticas públicas e sua importância para o turismo, bem como as características histórico-políticas acerca da denominação Estrada Real.

### **As Políticas Públicas e o Turismo**

Uma “política” é algo relacionado à observação e ao monitoramento de eventos, à recepção, o processamento e análise de informações para a tomada de decisão (MONTEIRO, 1982). Em outras palavras, trata-se de uma atividade de coordenação e acompanhamento, independente da ocorrência de produção ou consumo de bens e serviços. Para o autor, a política reflete atividades prévias de detecção de necessidades, avaliação da situação e de decisão relativas à formação de uma empresa pública responsável por tal tarefa. Atividades

como detecção, avaliação e tomada de decisão é que permitem ao município ter um tipo de serviço.

Para Dye (1981), as políticas públicas envolvem, simultaneamente, a definição de regras de comportamento, a organização das burocracias, a distribuição de benefícios, e a cobrança de taxas. O autor analisa que em um passado recente, o principal foco de atenção da ciência política, não estava nas políticas públicas e sim, nas instituições e nas estruturas de governo, assim como no comportamento político e nos processos, associados à formulação da política. A ciência tradicional descreve as instituições nas quais as políticas públicas são formuladas, mas não se atém às relações entre importantes arranjos institucionais e o conteúdo das políticas públicas. No entender de Dye (1981), “política pública é o que quer que seja que os governos escolham fazer ou não fazer”. O autor argumenta que o entendimento pleno das políticas públicas demanda “arte” e “astúcia” e que é preciso um certo *insight*, criatividade e imaginação para poder identificar os problemas sociais e descrevê-los, com vistas a buscar soluções viáveis através da implementação de políticas públicas. Para Dye (1981) não há um método único ou mesmo um modelo de análise política capaz de proporcionar uma solução para os problemas sociais e que nem sempre a intenção inicial de uma política pública se concretiza, ou seja, resultados inesperados e até embaraçosos podem advir de determinadas decisões.

Ferrarezi (1997) discute os novos papéis delineados para o Estado através da promoção de relações de parceria com diversos atores e com as organizações públicas não estatais que vêm assumindo crescentemente a promoção de políticas sociais. Segundo a autora, os problemas brasileiros associados ao quadro geral de desigualdade social, econômica e cultural – a exemplo da fome, pobreza, analfabetismo, além das carências habitacionais – não poderão ser resolvidos com a participação única do poder público. A autora argumenta que as soluções caminham para a realização de parcerias entre Estado, mercado e sociedade civil, face o baixo impacto que as ações isoladas tendem a produzir. Conforme ressalta Ferrarezi (1997), o crescimento econômico – objeto central das políticas econômicas – embora produza impactos positivos sobre o emprego, meio ambiente e

qualidade de vida, não se constitui mecanismo suficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade social.

Na visão de Beni (1998), a posição que o turismo ocupa na estrutura administrativa pública depende da importância relativa que o governo atribui à atividade turística. Diante de mudanças no governo de determinado país, tende a alterar-se, também, a orientação dada ao turismo bem como a sua subordinação hierárquica e administrativa no conjunto do poder público. Em sentido geral, as políticas públicas definem regras de comportamento e, no caso específico das políticas públicas voltadas para o fomento da atividade de turismo, devem ir além do foco restrito – geralmente correspondente a ações pontuais e emergenciais – incorporando, também, a noção relativa ao seu potencial de contribuição sócio-econômico-cultural. Ou seja, as políticas públicas de turismo devem ser compreendidas no âmbito mais amplo do processo estratégico de um país ou região. A política de desenvolvimento da atividade turística requer decisão política e planejamento, o que envolve elementos tais como: definição dos objetivos e metas prioritárias a atingir (no longo, médio e curto prazo); estruturação dos programas, projetos e atividades capazes de conduzir ao alcance dos objetivos; identificação dos segmentos e empreendimentos turísticos que demandam apoio estatal e estruturação dos instrumentos de apoio e fomento à atividade; alocação dos recursos correspondentes (humanos, financeiros e materiais), bem como a articulação institucional necessária à interação entre os diferentes atores envolvidos (públicos e privados), dentre outros elementos.

Conforme argumenta Beni (1998), uma política de turismo é o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir objetivos globais para o turismo no núcleo receptor<sup>3</sup>. A política de turismo deve determinar as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitar o planejamento de empresas do setor quanto aos seus empreendimentos, bem como identificar as atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal. Por fim, o autor distingue três grandes condicionamentos que norteiam uma política de turismo – o cultural, o social e o econômico. A seguir é

---

<sup>3</sup> Destino da viagem formado por um conjunto de atrativos (município, estado ou país) designado como o destino dos turistas, ou onde estes são recepcionados.

caracterizada a Estrada Real como foco das políticas públicas de turismo do governo de Minas Gerais.

### **A Estrada Real**

Durante o século XVIII e em parte do século XIX, as “estradas reais” foram os troncos viários principais do centro-sul do território colonial, conforme descrito por Santos (2001). Por eles espalharam-se os antigos registros e postos fiscais de controle. As estradas reais também foram os principais acessos que marcaram o intenso processo de urbanização do centro-sul brasileiro. Ao longo das suas margens distribuíram-se as centenas de arraiais, e organizaram-se os núcleos populacionais envolvidos com a economia de mineração e com as atividades a ela associadas. O caminho colonial identificado como Estrada Real tem uma considerável importância histórica, uma vez que era a via por onde trafegaram os bandeirantes, tropeiros com seus burros de carga, além de ambiciosos aventureiros ávidos pelo ouro, pedras preciosas e diamantes da região tijuca, hoje arredores da atual Diamantina, antigo Arraial do Tijuco.

No auge da mineração, esses caminhos foram percorridos por imigrantes paulistas, baianos, pernambucanos e europeus, além de tropeiros do sul e de São Paulo. Outros exploradores foram os boiadeiros do Rio São Francisco e do Rio das Velhas além de sertanistas da Bahia e de algumas vilas paulistas. Foi também percorrido pelos escravos, negros, índios, mascates, administradores reais, homens do fisco, soldados mercenários e milícias oficiais. As vias que atualmente estão reunidas sob o nome de Estrada Real foram, assim, fundamentais para o povoamento e a colonização de vastas regiões do território brasileiro, tornando-se verdadeiros eixos histórico-culturais de construção de parte da nossa história.<sup>1</sup>

A Estrada Real é formada por trechos de uma rota aberta nos séculos XVII e XVIII que objetivavam ligar as minas do Arraial do Tijuco. A estrada passava por Vila Rica, atual Ouro

---

<sup>1</sup> Segundo publicações do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de Minas Gerais (2004)

Preto, entre outras cidades mineiras como Mariana, Catas Altas, Passa-Quatro e Cunha no estado de São Paulo até o porto de Paraty no estado do Rio de Janeiro. Tal caminho é considerado o “Caminho Velho”. Já o outro trecho que levava ao Rio de Janeiro passando por Ouro Branco, Carandaí e Barbacena entre outros municípios, é denominado “Caminho Novo”. Estes trechos apresentam atualmente grande atratividade turística e são compostos por interessantes povoados e vilas típicas que foram visitados e descritos pelos viajantes europeus do século XIX.

Em razão do grande interesse fiscal, descrito por Santos (2001) como a “base da política metropolitana” para a região mineradora da colônia, o caminho prevalecia sobre qualquer outro. A Coroa impunha que as rotas de comunicação com as minas deveriam ser devidamente controladas e fiscalizadas, para que nelas se pudesse extrair uma massa cada vez maior de tributos para o tesouro real.

No século XXI, a Estrada Real voltou a ser objeto das políticas públicas no estado de Minas Gerais no sentido de buscar-se explorar seu valor histórico, cultural e ecológico, traduzidos como atrativos turísticos do estado. A seguir são analisados os aspectos metodológicos que originaram o presente artigo.

### **Metodologia**

Este trabalho envolveu uma “pesquisa bibliográfica”, buscando uma fundamentação teórico-conceitual acerca de políticas públicas; políticas de turismo caracterização da Estrada Real como projeto público. Para a elaboração do trabalho, também se utilizou da “pesquisa documental”, uma vez que valeu-se de documentos institucionais sobre a política de desenvolvimento turístico de Minas Gerais. Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos<sup>3</sup> para a estruturação do artigo, foram desenvolvidos alguns passos práticos como:

---

<sup>3</sup> Para a classificação metodológica tomou-se por referência a contribuição de Vergara (2003).

1.º) pesquisa bibliográfica sobre: políticas públicas, políticas públicas de turismo, e a Estrada Real envolvendo o ponto de vista histórico-político. A revisão de literatura buscou retratar a importância das políticas públicas para a atividade de turismo e a responsabilidade da ação governamental para o seu desenvolvimento.

2.º) análise do PPAG 2004-2007, volume II, anexo II da Secretaria de Planejamento e Ação Governamental (SEPLAG), referente às ações e programação do projeto estruturador Estrada Real para 2004-2007;

3.º) levantamento e análise das ações elencadas no PPAG segundo entidades responsáveis pela implementação do projeto estruturador Estrada Real e as suas respectivas metas de implantação;

## **Resultados**

Após os procedimentos metodológicos, foi possível chegar aos resultados da pesquisa, quando foram detectados os seguintes aspectos:

### **1) Aspectos inerentes à literatura**

A revisão de literatura sobre políticas públicas, demonstrou que o poder público tem um papel preponderante no sentido de implementar ações necessárias para o desenvolvimento do turismo. As políticas públicas definem regras de comportamento através do planejamento público. Para tanto, torna-se imprescindível a atuação do poder público a quem cabe a formulação e implementação da política de desenvolvimento do turismo, o estabelecimento dos parâmetros para regulamentação e controle da exploração da atividade.

### **2) PPAG: Estrada Real como política pública e objetivos de planejamento**

A análise dos dados extraídos do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) demonstrou a importância conferida ao projeto Estrada Real no contexto dos demais programas que integram a política estadual de turismo do governo mineiro. O governo estadual planejou direcionar cerca de R\$ 186 milhões para o desenvolvimento dos programas na área de turismo durante o período de 2004-2007 e ao Estrada Real coube a maior parte deste montante: R\$ 104 milhões, ou seja, 56% do total investido. Após pesquisa documental, detectou-se que o programa estabelecido por iniciativa do governo mineiro foi criado com



vistas a possibilitar o incremento da arrecadação do estado e dos municípios mineiros localizados no trajeto da Estrada Real, incentivar o investimento privado no território mineiro, promover a alteração do perfil de distribuição de renda e elevar o nível de emprego da população do interior do estado, promover e divulgar a atividade turística interna e de lazer em Minas Gerais, resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer ao longo do trajeto, preservando-se sítios arqueológicos, espeleológicos e paleontológicos. (MINAS GERAIS, 2003 a).

A partir do ano de 2003, Minas Gerais adotou um modelo de gestão integrado priorizando o planejamento como instrumento para o desenvolvimento. Projetos que ainda não haviam sido concluídos em administrações anteriores, como o Programa Estrada Real e os Circuitos Turísticos foram retomados e passaram a ser considerados pelo governo como “pilares da gestão”. O programa Estrada Real ilustra o caso na área de turismo e o governo estadual planejou transformá-lo em um dos maiores produtos turísticos do Brasil. No PPAG da administração estadual de Minas Gerais (2004-2007) (MINAS GERAIS, 2003 b), o Programa Estrada Real figurou como um dentre os trinta projetos estruturadores do estado de Minas Gerais.

Detectou-se que o governo mineiro estabeleceu um arranjo institucional no sentido de possibilitar a implementação do projeto no estado de Minas Gerais, e atribuiu diferentes responsabilidades aos órgãos e instituições públicas que integram este arranjo, tendo a SETUR como responsável pela coordenação executiva do projeto. Através do PPAG 2004-2007, o poder executivo estadual programou um conjunto de ações e metas para o projeto. Além da SETUR, os órgãos e unidades no arranjo institucional são: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais (DER), Departamento Estadual de Telecomunicações de Minas Gerais (DETEL), além do Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais (FUNDESE/ESTRADA REAL) e do Fundo de Assistência ao Turismo (FASTUR), fundos estes cuja gestão encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE). Foi criado um Conselho Consultivo com vistas a sugerir planos de ação visando alcançar os objetivos do Programa Estrada Real, colaborar com a Secretaria de Estado do Turismo e a TURMINAS na elaboração da proposta orçamentária anual do Programa, opinar sobre propostas de convênios

e outros instrumentos de interesse do Programa Estrada Real em que haja participação de órgãos ou entidades públicas e particulares, sugerir e opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento do potencial turístico da Estrada Real, oferecer subsídios em questões referentes à compensação financeira, incentivo fiscal ou crédito envolvendo o turismo na Estrada Real, como crédito para empreendimentos turísticos e de lazer implantados ao longo dos caminhos da Estrada Real.

O governo estadual explicita a necessidade de articular-se parcerias no sentido de apoiar o crescimento do produto turístico Estrada Real. Nesse sentido, parcerias foram estabelecidas com outros estados brasileiros e com outros países. (MINAS GERAIS, 2004).

#### **Quadro 1 - Conselho consultivo para a gestão da Estrada Real**

Secretário de Estado do Turismo (SETUR)	Presidente da TURMINAS
Representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Representante da Secretaria de Estado da Cultura
Representante da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ASLEMG)	Representante do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais,
Representante do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Representante da Associação Mineira de Municípios (AMM)
Representante do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (SEBRAE),	Representante do Instituto Estrada Real
Organizações não governamentais ligadas aos objetivos do Programa Estrada Real.	1 (um) representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, em Minas Gerais

Fonte: Adaptado de Vidigal (2004)

Os resultados da análise dos dados do PPAG 2004-2007 apontam que atribuiu-se à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU) – através da Companhia de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (COPASA), empresa qual tem a responsabilidade da implementação das ações relativas à dotação de infraestrutura de saneamento básico nos municípios integrantes da área do projeto como: abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição final de lixo. O governo estadual planejou gastar com essas ações cerca de R\$ 72,9 milhões no período 2004-2007, o que corresponde a 70,0% do montante de recursos a serem aplicados no projeto Estrada Real.

Observou-se que a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais (FUNDESE/ESTRADA REAL) apresenta-se como a segunda mais importante ação em termos da programação de recursos financeiros do projeto, para a

qual o governo planeja destinar R\$ 22 milhões, ou seja, 21,1% do total de recursos do Estrada Real.

### **Conclusões**

No artigo pretendeu-se apresentar e discutir o modelo de políticas públicas desenvolvido para a criação do programa Estrada Real como política de governo, a partir do estudo da dissertação de mestrado (VIDIGAL, 2004). Nesse sentido, o estudo procurou demonstrar as principais ações elencadas no planejamento estratégico de governo (Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG) afeitas às políticas públicas estaduais para a criação do programa de turismo, descrito no item “Resultados”.

Concluiu-se que o projeto Estrada Real, criado pelo executivo estadual no início do ano de 1999, e solidificado após o ano de 2003, mostrou-se objeto de renovado interesse da administração do governo do estado de Minas Gerais. O Estrada Real integrou, de forma efetiva, o seletivo grupo dos projetos estruturadores definidos no âmbito do PPAG 2004-2007. O estudo procurou demonstrar as experiências de arranjos institucionais para a formatação de políticas públicas estaduais para a criação do programa de turismo no sentido de facilitar sua efetiva implementação no estado de Minas Gerais. Dessa forma, foram atribuídas diferentes responsabilidades aos órgãos e instituições públicas que integraram este arranjo, tendo a SETUR como responsável pela coordenação executiva do projeto.

Com relação às perguntas orientadoras do trabalho, buscou-se responder “Qual a importância relativa do projeto Estrada Real no contexto da política pública de turismo do estado de Minas Gerais, em termos dos recursos financeiros a serem aplicados no desenvolvimento do turismo no estado?”. Nesse sentido, foi possível concluir que o programa Estrada Real demonstrou sua importância entre um dos maiores produtos turísticos do Brasil, pois figurou no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) da administração estadual de Minas Gerais (2004-2007) como um dos trinta projetos estruturadores do estado de Minas Gerais. O governo estadual planejou direcionar 56% do total dos investimentos destinado ao turismo do estado para o Estrada Real.

Com relação a “Que órgãos e instituições públicas estão envolvidos com o projeto? O Quadro 1 demonstrou as diferentes organizações envolvidas em um Conselho consultivo e um arranjo institucional promovido pelo governo mineiro no sentido de possibilitar a

implementação do projeto no estado de Minas Gerais, e atribuiu diferentes responsabilidades aos órgãos e instituições públicas (SEDRU, DER, DETEL, FUNDESE/ESTRADA REAL, FASTUR E SEDE) que integraram este arranjo, tendo a SETUR como responsável pela coordenação executiva do projeto. Através do PPAG 2004-2007, o poder executivo estadual programou um conjunto de ações e metas para cada um dos integrantes do arranjo no sentido de efetivar as ações do projeto.

Por fim, acredita-se que o presente atingiu os objetivos propostos na sua introdução e considerando o papel de instigar novos estudos, acredita-se que poderá ainda fomentar novas investigações acerca do programa Estrada Real no período atual, seja com o objetivo de investigar políticas públicas dos estados que compõem o trecho Estrada Real, bem como instigar novos estudos inerentes a políticas públicas de turismo em outros estados e regiões do Brasil.

### **Referências**

- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do Turismo. São Paulo. Ed. Senac. 1998.
- DYE, Thomas R. Understanding public policy. NY: Prentice-Hall Inc. 1981-45
- FERRAREZI, Elisabete. Estado e setor público não estatal: perspectivas para a gestão de novas políticas sociais. II Congresso Interamericano del CLAD sobre la reforma del Estado Y de la Administración pública. Venezuela. Outubro de 1997.
- MINAS GERAIS. Governador, 2003 a - .Mensagem do governador à Assembléia Legislativa, 2003. Disponível em: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br). Acesso em maio de 2004.
- MINAS GERAIS. Governador, 2004 - .Mensagem do governador à Assembléia Legislativa, 2003. Disponível em: [www.mg.gov.br](http://www.mg.gov.br). Acesso em junho de 2004.
- MONTEIRO, Jorge Vianna. Fundamentos da política pública. RJ: IPEA/INPEJ, 1982: 1-57
- SANTOS, Márcio. Estradas Reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Ed. Estrada Real, 2001.
- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL. Estrada Real. Belo Horizonte, 2002. Disponível em: [www.descubraminas.com.br](http://www.descubraminas.com.br). Acesso em: março de 2004.
- VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.